



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 5

TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 9ª SESSÃO, EM 18 DE JANEIRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR MAGNO BACELAR — II Reunião da Comissão Interparlamentarista Sul-Americana de Direitos Humanos, realizada em Santiago do Chile.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Considerações sobre o artigo do Professor Carlos Michilhes intitulado, "Desemprego e pobreza no DF", publicado no *Correio Braziliense* de hoje.

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN — Apreciação pelo Senado Federal dos projetos de lei a respeito da modernização dos portos e ajuste fiscal.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES — Temas tratados pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, publicada na edição de 17-1-93.

SENADOR ÁUREO MELLO — Comemoração dos 40 anos do jornal *Tribuna da Imprensa*.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Aumento abusivo das prestações de consórcios no Brasil. Abuso nas prestações escolares.

SENADOR BENI VERAS — Almoço de parlamentares com o Ministro da Fazenda, Sr. Paulo Haddad, com a finalidade de discutir o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor solução.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Dispensa da Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.2.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 9ª Sessão, em 18 de janeiro de 1993

7ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Magno Bacelar e Epitácio Cafeteira

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Bello Parga – Bení Veras – Chagas Rodrigues – Elcio Álvares – Epitácio Cafeteira – Flávio Melo – Humberto Lucena – José Paulo Bisol – Lourival Baptista – Mansueto de Lavor – Marco Maciel – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Pedro Teixeira – Ronaldo Aragão – Valmir Campelo – Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 19 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna, na tarde de hoje, para prestar contas e relatar as atividades desenvolvidas entre os dias 15 e 17 em Santiago do Chile, quando da 2ª Reunião da Comissão Interparlamentarista Latino-Americana de Direitos Humanos, para a qual tive a honra de ser designado pela Presidência da Casa. A conferência ocorreu exatamente no momento, Sr. Presidente, em que o ano de 1993 é declarado o Ano Internacional do Índio. Tendo aqueles povos dos países vizinhos sul-americanos grande quantidade da sua população constituída por índios, o problema se transfigura mais sério. Ao mesmo tempo em que nós, aqui no Brasil, nos debatemos contra o desemprego, a recessão e a pobreza, os povos vizinhos demonstram sua preocupação ao promover essa reunião, presidida pela nobre Srª Deputada Maria Manuela Campos, que

nos prestou uma recepção calorosa. Na reunião, Sr. Presidente, estiveram presentes Deputados e Senadores dos países latino-americanos: da Argentina, em número de dois Srs. Senadores; da Bolívia, oito Srs. Deputados e três Senadores; do Brasil, estivemos presentes e representamos o Senado Federal; da Colômbia, quinze Srs. Parlamentares; do Chile, quatro; de El Salvador, três; da Guatemala, cinco; do Haiti, nove; do México dezesseis parlamentares; do Panamá, dois, e da Venezuela, quatro parlamentares.

Os assuntos ali tratados foram relativos não somente aos direitos humanos mas, sobretudo, como eu disse anteriormente, com relação aos direitos dos índios. Tive a oportunidade de demonstrar que no Brasil todos os assuntos que se constituíam em preocupação e objetivo da reunião já haviam sido acolhidos pela Constituição de 1988, nos seus arts. 215 e 231, quando tornamos o índio brasileiro não em uma espécie de extinção, mas em população que deve ser preservada e cujos direitos devem ser respeitados.

Pensava-se, também, Sr. Presidente, em pleitear junto às delegações dos países que ali compareceram legislação que estabelecesse o ensino bilíngüe e demarcações de terra, dois itens também que, no Brasil, já se vêm efetuando, graças à política implantada após 1988, com grandes resultados. O objetivo maior da reunião, porém, foi um banco de dados a ser instalado num dos países, para que tivéssemos acesso à política adotada e às conquistas dos indígenas ocorridas aqui no Brasil. Graças a um trabalho da FUNAI, já se encontra instalado na Universidade de São Paulo, USP, um banco de dados ao qual tem acesso qualquer pessoa que disponha de computador que possa ser ligado a um telefone. É profundamente gratificante saber que, embora tenhamos apenas 250 mil índios, 39 mil dos quais frequentando escolas, em um País com as dimensões continentais de 8 milhões de km², 890 mil km² já foram destinados aos índios, tendo sido já demarcados e homologados. Por esse campo, tivemos a satisfa-

ção de ver que o Brasil pôde demonstrar o seu progresso, a sua preocupação com relação aos índios, inclusive àqueles que vivem isolados — somente no Brasil, encontramos tribos que vivem isoladas da civilização —; enquanto, nos outros países, isso ainda é um sonho, uma intenção de trabalho a ser realizado.

Por outro lado, todos nos questionavam quanto à situação econômica do Brasil. É digna de registro a impressão que causou a todos os países a maneira como o Brasil saiu da crise política de 92, dentro dos instrumentos institucionais, dentro da Constituição, o que equivaleu a um exemplo saudado por todos naquela reunião.

Resta-nos, contudo, Sr. Presidente, a apreensão com o desemprego, com a recessão e a fome, que, infelizmente, afligem grandes áreas de populações nacionais. Isso envergonha o Brasil e nos preocupa.

Nós, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, como políticos que somos, temos que, urgentemente, encontrar soluções que reabilitem o prestígio da nossa Pátria no concerto das nações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, registrando que V. Ex^a foi **muy amable** ao distinguir-me com essa missão. *Gracias*, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece ao nobre Senador Magno Bacelar a atuação que teve na conferência que se realizou na Capital do Chile, cidade de Santiago, onde o Congresso esteve representado na pessoa do ilustre Senador pelo Maranhão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desemprego, pobreza e busca de soluções são também os temas deste nosso pronunciamento, que tem como objetivo a análise de um texto publicado no *Correio Braziliense* de hoje sob o título “Desemprego e pobreza no DF”, da lavra do Professor de Ciência Política da Universidade de Brasília, Carlos Michiles.

O artigo é atual e abrangente e vem ao encontro das soluções que temos preconizado em sucessivas palestras e discursos.

Diz o texto:

“Bastante auspiciosa a iniciativa da Câmara Legislativa em instalar uma comissão especial, presidida pelo deputado distrital Cláudio Monteiro, encarregada de conferir agilidade a projetos em tramitação e encontrar soluções emergenciais para a questão do desemprego no Distrito. Embora não seja sua função institucional executar projetos, é urgente a solidariedade entre os Poderes para enfrentar a rápida deterioração do tecido social gerada pelo desemprego. Flagelo que trava, como fel, a qualidade de vida da população das cidades-satélites.

O próprio governador Joaquim Roriz já se movimenta suprapartidariamente para evitar o que chamou de “caos administrativo e estado de ingovernabilidade”, consequência das ameaças de corte no Orçamento do DF. E, sem dúvida, o caos se traduzirá fundamentalmente em termos de desemprego e pobreza para os habitantes, razão da extrema dependência da economia local em relação à União. E, assim, qualquer redução no repasse financeiro para o DF significa o embrião do que o Governador chamou de caos administrativo.

Hoje, em função da inexistência de uma estrutura produtiva de expressão no DF, existe uma incapacidade da economia candanga em gerar postos de trabalho em número suficiente para atender às necessidades ditadas pelo crescimento populacional. Atualmente, 80 por cento dos empregos estão concentrados no setor terciário, o que torna muito frágil a relação do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) e a criação de novos postos de trabalho. Segundo dados oficiais recentes, no período de 1981 a 1990, mais de 416 mil pessoas tentaram ingressar no mercado formal de trabalho de Brasília. Deste total, somente 97 mil 285 conseguiram vagas. Noutros termos, para cada indivíduo que obteve uma colocação no setor organizado, 3 viram frustradas suas expectativas. Isso tem feito com que a taxa total de desemprego (aberto e oculto) no DF seja maior, pasmem, do que em São Paulo. Em termos percentuais, aqui é de 12,2, em São Paulo 10,2.

A economia do DF tem produzido um quadro social de paradoxos. Ao mesmo tempo que apresenta os dados acima, Brasília ostenta a maior renda **per capita** (4,218 dólares/1988) do País, porém altamente concentrada social e espacialmente. Exemplo disso, traduz-se em que o Plano Piloto, Cruzeiro e Guará possuem, respectivamente, 59,45; 33,16 e 27,44 por cento de sua população acima de 20 salários mínimos. Samambaia, Paranoá, Planaltina e Brazlândia dispõem apenas de 1,83; 0,0; 1,27 e 1,08 por cento. Paranoá aparece com um índice de pobreza enorme. As demais, com percentuais igualmente irrisórios.

Em contrapartida, na faixa de renda mais baixa, menos de um salário mínimo, a relação se inverte. Plano Piloto só tem 0,55 por cento de sua população vivendo com menos de um salário mínimo. Cruzeiro, 0,0 e o Guará 1,58 por cento.

Diante desse quadro, é vital e urgente a mudança do eixo econômico do DF. Embora seja importante que a aludida comissão especial parlamentar — de que falamos no início do artigo —, em articulação com o Executivo, encontre soluções emergenciais para a situação do desemprego, ainda assim isso será um paliativo. É necessário que haja um esforço articulado do governo com os empresários no sentido de se desenvolver o potencial humano da cidade, uma vez que o DF é a unidade da Federação com maior número relativo de mão-de-obra com nível superior no setor formal (16 por cento). Junto a isso é preciso que se implemente uma política de industrialização. ...”

— é claro, Sr. Presidente, industrialização de pequeno porte, não poluente, nos locais adequados, mas é preciso que se implemente essa política de industrialização —,

“... utilizando tecnologia de ponta em direção ao desenvolvimento de um setor terciário sofisticado, o que as teorias sociológicas chamam de quaternário.

O momento é favorável. Dispomos de três instrumentos eficazes para combater, articuladamente, o flagelo do desemprego. A Lei Orgânica, já em fase final de votação em plenário; o PDOT e o Prodecon. Embora não sejam panacéias, constituem balizas para afirmar a economia local, aproveitando suas reais possibilidades de desenvolvimento e salvando, assim, adolescentes e jovens do desemprego.”

Esse é realmente um artigo que merece análise, merece exame e, por certo, as autoridades estão atentas às suas balizas e às suas soluções. Louvamos o *Correio Braziliense* pela sua publicação e pelo alerta que faz contra o desemprego e a pobreza no Distrito Federal.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Pedro Teixeira, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epitácio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, nesta oportunidade, fazer dois registros sobre matérias da maior importância que tramitam no Congresso, com o fito de não apenas concitar todos os nossos pares, mas, acima de tudo, para reafirmar o meu compromisso de ver ambas as matérias tratadas e objeto de deliberação da maneira mais adequada possível.

Refiro-me ao Projeto de Lei de Modernização dos Portos, matéria altamente controversa, que tem sido alvo de especulações, críticas, que tem sido alvo de manifestações, ora profundas, ora superficiais, por parte de veículos de primeira grandeza da imprensa nacional, matéria que deve ser objeto de deliberação do Senado no dia de amanhã, em princípio, e sobre a qual, pessoalmente, assumi algumas posições que podem ser confundidas com um vínculo corporativo.

O projeto de lei que o Governo Federal encaminhou ao Congresso em 1991 foi objeto de deliberação na Câmara no final do primeiro semestre de 1992 e passou por um trâmite expressivo em várias comissões do Senado durante o final do ano passado. Esse projeto, aí compreendido o substitutivo do Deputado José Carlos Aleluia, não pode ser encarado como um dogma, detentor que fosse de toda a verdade e único detentor da fórmula de conciliação dos interesses nacionais, principalmente voltados ao mercado externo, e a chamada modernização do trabalho portuário.

Uma das emendas da minha autoria conduz à administração paritária ou tripartite, tão criticada como ensejadora de impasses por largos círculos, tanto da imprensa quanto do empresariado brasileiro.

A fórmula como a apresentei e como foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e mantida na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não é oriunda de um setor, não é resultante de uma facção, ainda que seja oriunda na experiência, no desejo de uma região do meu País, o meu Estado. É com base na experiência do meu Estado, na gestão do porto de Itajaí, cuja existência e operacionalização só pode ter curso graças à compreensão e conjugação dos esforços do empresariado, tanto do exportador quanto do importador, dos armadores, quanto dos trabalhadores e do Poder Público que defendo tal proposição. É exatamente esta concepção, bem sucedida não apenas em Itajaí, mas também na administração do porto de Antuérpia, citado por muitos como modelo de modernização, que inspirou a emenda que defendi, as duas Comissões acolheram-na e amanhã, mais uma vez, vamos defendê-la no plenário do Senado e durante toda a deliberação a respeito do projeto de modernização dos portos. Há outros pontos controversos. Tenho certeza de que temos de cumprir o nosso dever de acordo com a

consciência e a visão de cada um e, acima de tudo, conhecendo a posição do atual Governo, já que tanto o projeto na sua origem, quanto o seu substitutivo, resultam de acordos presididos pelo Governo do então Presidente Fernando Collor de Mello. Entendo que a posição do Governo Itamar Franco deve ser conhecida com a mais absoluta clareza porque — esta é a última observação que pretendo fazer sobre esse projeto — é impossível aprovar um projeto dessa natureza sem que o Governo manifeste de maneira muito clara a sua posição. Não que isso vá implicar, na adoção do Senado ou da Câmara, da posição do Governo, mas a visão do verdadeiro mediador do contencioso social do País, que é o Governo, que tem que existir para quê? Para proteger o mais fraco. Não precisaria haver governo se fosse para proteger o mais forte. Aí, o Governo passa a ser despota; passa a ser um atentado aos postulados de justiça social que não apenas a nossa Constituição mas, via de regra, a Constituição ou o seu equivalente de todos os países civilizados ostentam.

Portanto, a medida de qual o papel que o Governo quer adotar no projeto de modernização dos portos, será decisiva juntamente com nosso empenho para que o projeto tenha de parte do Senado uma deliberação madura, competente de sorte a nos credenciar a não vermos simplesmente varridas na Câmara dos Deputados, como alguns setores anunciam, as emendas aqui eventualmente adotadas, ou até partes do projeto inteiras que venham a se adotadas na nossa deliberação.

Este é o primeiro ponto a respeito do projeto de modernização dos portos — repito — que vai ser alvo, como disse principalmente no ano passado, da nossa atenção e do choque sadio e democrático dos nossos pontos de vista, que aqui serão, certamente, cotejados para o melhor serviço ao País.

O segundo ponto é a respeito do ajuste fiscal. Recolho de uma conversa recentíssima havida com o Presidente Mauro Benevides, na presença do Presidente desta sessão, nobre Senador Magno Bacelar, uma preocupação de S. Ex^a a respeito dos prazos — já que se trata de uma cogitação — que o Senado terá de vencer para apreciar o projeto de ajuste fiscal, uma vez que tenha sido aprovado na Câmara. O nobre Senador Mauro Benevides informava-nos que, segundo suas pesquisas, é praticamente impossível que menos de dezoito dias sejam demandados na tramitação do referido projeto nesta Casa, depois de ter chegado aqui o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Neste particular, concitando os nossos companheiros, quero dizer que esse assunto, independentemente de sua controvérsia — sua importância aumenta em função da controvérsia —, é da maior relevância para o País.

Reafirmo aqui o que disse ao então Ministro Gustavo Krause, ao atual Ministro da Fazenda, Paulo Haddad, e ao Presidente Itamar Franco: eu me empenharei, pessoalmente, no sentido de fazer tudo que me parecer razoável para que o Governo tenha sua viabilidade concretizada em termos de um ajuste fiscal possível, levando em conta o tempo necessário para aprová-lo, o tumulto ocorrido no final do ano passado e também certos preceitos constitucionais, bem como aspectos relacionados à Federação e à preocupação que os Estados e Municípios têm.

Nesse contexto, quero reiterar minha disposição de colaborar em tudo que me parecer seja minimamente razoável, para que este projeto vença todas essas dificuldades, inclusive regimentais e constitucionais, para a sua adoção.

Desde o início não me coloquei contrário ao chamado Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira. Quero dizer que não o considero nocivo à economia brasileira. Não o considero comparável, principalmente por causa dos patamares das nossas taxas de inflação, à experiência argentina ou peruana.

Creio que ele não tem esses aspectos nocivos e a comparação com tais experiências, e outras até, possam nos induzir. Com estas duas observações desejo não apenas assinalar a minha disposição de participar ativamente desse período de convocação, mas, particularmente em torno desses dois projetos, atuar no sentido de produzir os melhores esclarecimentos, ajudando a que os nossos nobres pares produzam a melhor decisão para os interesses do Brasil. Muito obrigado.

DURANTE O DISCURSO DO SR. ESPERIDÃO AMIN, O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA QUE É OCUPADA PELO SR. MAGNO BACELAR.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, nosso colega, que enquanto esteve aqui tanto abrilhantou e dignificou esta Casa, no momento, convidado, empresta a sua experiência e a sua inteligência ao novo Governo do Presidente Itamar Franco.

Sr. Presidente, o Ministro Fernando Henrique Cardoso concedeu longa entrevista aos brilhantes jornalistas Franklin Martins e Márcia Carmo, do *Jornal do Brasil*. Essa extensa entrevista foi publicada ontem, domingo, dia 17-1-93. S. Ex^a respondeu a todas as perguntas que lhe foram formuladas. Trata, por exemplo, do Governo Itamar que completou 100 dias, da inflação, dos pacotes na política econômica financeira, da sua expectativa com relação ao Governo e da política externa do Governo Itamar. Mais especificamente sobre este último ponto, responde se levará o Brasil ao Primeiro Mundo, como queria o ex-Presidente Fernando Collor, ou se haverá uma recaída terceiro-mundista; se a política externa irá privilegiar as relações com o Primeiro Mundo; como estão as nossas relações com os Estados Unidos; quais os contenciosos do momento; se o Ministro acredita no Mercusul; se deveríamos ou não prestar mais atenção ao Nafta; e respondeu, também, se o Brasil não corre o risco de perder para outros países, como o México e a Argentina, a condição de interlocutor privilegiado dos Estados Unidos. Também lhe foi perguntado se, na ação política, como é que o Brasil pretende influir no mundo; o que iremos defender no Conselho de Segurança; como está a imagem do Brasil, hoje, no mundo; qual a expectativa do Ministro em relação à administração Clinton e como o Governo Itamar quer combater a miséria no Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, como se vê os brilhantes jornalistas, nessa entrevista, se reportaram às mais importantes questões das políticas nacional e internacional, inclusive sobre a próxima assunção do novo Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton.

Requeiro, Sr. Presidente, que essa entrevista seja considerada lida, para que conste dos Anais, e possa ser objeto de apreciação, meditação ou, se for o caso, de crítica. Quanto a mim, quero congratular-me com o Ministro Fernando Henrique Cardoso e com o Governo do Presidente Itamar Franco.

Gostaria apenas de ler a resposta dada à primeira e à última perguntas:

“O Governo Itamar completou há pouco 100 dias, qual o balanço que o senhor faz?”

Responde o Ministro: “Nesses 100 dias foi possível acabar com vários fantasmas. Primeiro, o da corrupção. Este fantasma desapareceu. Não quero dizer que não possa existir topicamente, mas não há mais um sistema montado. Em segundo lugar, temos um relacionamento entre Executivo e Legislativo como não se via há muito tempo. Esse governo é congressional. O presidente dá sinais claros de que respeita o Legislativo. Em terceiro lugar, encaram-se os temas sobre os quais se falava mas nada se fazia, como a reforma tributária. Pode estar certa ou errada, pode ser boa ou ruim, mas o Governo mandou uma proposta e o Congresso está discutindo. Em quarto lugar, começou-se a botar em ordem a casa. Foi possível pagar os 147% aos aposentados, o funcionalismo e as dívidas do Itamarati.”

E quanto à última pergunta: “Como o Governo Itamar quer combater a miséria no Brasil?”

S. Ex^a respondeu: Ao mesmo tempo em que pratica uma política de austeridade nos gastos, o Governo definiu alvos concretos de investimento: agricultura, habitação e recuperação de estradas. Isso vai ter efeitos no combate à pobreza. O problema é estar de olho para evitar a inflação. Daí a importância da reforma fiscal. O Brasil cansou de milagres. Também não há populismo nisso. Populismo é usar dinheiro público para obter apoio. Não é o caso. Mas não vamos ser ingênuos: não há solução razoável para a questão social sem a retomada sustentada do crescimento econômico, não inflacionária. E o ponto de partida é reorganizar o Estado. Itamar, com seu estilo de não fazer coisas pomposas, está ajudando. Temos de fazer as coisas mais simples.”

Li apenas o início e o final da reportagem. S. Ex^a se manifesta sobre os temas mais importantes e mais atuais, sobretudo com relação à nossa política exterior.

Assim, Sr. Presidente, requeiro que esta entrevista na íntegra, figure nos nossos Anais.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CHAGAS RODRIGUES EM SEU DISCURSO.)

O PRIMEIRO MUNDO COMEÇA AQUI

“Acabou o espetáculo”. Com essa frase, o Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, 61 anos, define o governo Itamar e enterra o marketing de Fernando Collor, que, aliás, o desejava muito como Ministro. Depois de 105 dias de governo, Fernando Henrique diz que é hora de “arrumar a casa”. Para isso, é preciso trabalhar e trabalhar. Filho de general, ex-MDB, ex-PMDB e fundador do PSDB, está dividido entre ser porta-voz do Brasil — fez oito viagens internacionais em três meses —, acompanhar de perto o desempenho do Executivo no Congresso e conversar com empresários e trabalhadores. “Temos que ser Primeiro Mundo aqui dentro e depois seremos, naturalmente, no exterior”. Para isso, acha prioritário resolver problemas como miséria e inflação. Parlamentar há 19 anos, o mais indicado Ministro das Relações Exteriores, está gostando muito de ser governo.

Porque é preciso e, principalmente, possível, como diz, fazer muita coisa. Ele elogia o presidente e seu governo e conta sobre a inevitável comparação que os estrangeiros fazem entre Itamar e Collor. "Itamar sabe ouvir e falar. Não tem estilo imperial". Na sexta-feira, o Ministro falou em Brasília ao **Jornal do Brasil**, sobre questões internas e externas. Hoje à noite, viaja aos Estados Unidos, para a posse de Bill Clinton, e depois vai à Inglaterra. "Temos que ser mais agressivos no exterior".

— **O governo Itamar completou há pouco 100 dias. Qual o balanço que o senhor faz?**

— Nesses 100 dias, foi possível acabar com vários fantasmas. Primeiro, o da corrupção. Este fantasma desapareceu. Não quero dizer que não possa existir topicamente, mas não há mais um sistema montado. Em segundo lugar, temos um relacionamento entre Executivo e Legislativo como não o se via há muito tempo. Esse governo é *congressual*. O presidente dá sinais claros de que respeita o Legislativo. Em terceiro lugar, encararam-se os temas sobre os quais se falava mas nada se fazia, como a reforma tributária. Pode estar certa ou errada, pode ser boa ou ruim, mas o governo mandou uma proposta e o Congresso está discutindo. Em quarto lugar, começou-se a botar em ordem a casa. Foi possível pagar os 147% aos aposentados, o funcionalismo, as dívidas do Itamarati.

— **As luzes nas embaixadas se acenderam de novo...**

— As luzes foram acesas e novamente temos telex para nos comunicar. Também foi possível pagar os hospitais. Então, nesses 100 dias foi possível dar sinais de que este país é viável. O Brasil é viável. Hoje há uma enorme disponibilidade de capitais no mundo. No exterior, tenho ouvido que, finalmente, a América do Sul é uma zona de paz. A Europa está complicada, com conflitos nos Balcãs, na Europa do Leste. Aqui no Brasil temos recursos humanos razoáveis, base universitária, um certo desenvolvimento tecnológico. Temos a experiência institucional de um Estado que nasceu há dois séculos, Congresso funcionando, imprensa ativa e livre, sindicatos atuantes.

— **Mas e a inflação, não atrapalha?**

— É o nosso grande problema. Mas não se acaba com a inflação por milagre. Quando se tentou isso, não deu certo. Tem que ser um processo mais persistente, com menos truques.

— **O governo não vai apelar aos pacotes?**

— Não vai haver pacotes. Estamos propondo uma reforma fiscal porque precisamos de recursos adicionais para comprar títulos da dívida interna, para baixar os juros e a dívida. O governo vai manter uma atitude coerente, para acabar com esse temor de que podem vir novos pacotes. Quando há ruído, isso dá confusão e acelerada a inflação. Porque ela hoje não é monocausal, é resultado de uma situação de desordem, que gera ansiedade nas pessoas, elas começam a querer passar na frente das outras para não perder ou para ganhar mais. Então, vamos desinflar a crise, ter um orçamento equilibrado, aumentar a receita para poder fazer obras. É a maneira sadia de combater a inflação.

— **O senhor está otimista?**

— Claro. A Inglaterra ficou muito tempo numa situação de *up and down*, de zigue-zague. Ninguém apostava na Inglaterra.

Mas se organizou. Vi a França e a Espanha pobres. Hoje são países ricos. O Brasil tem condições de ser um país decente em 20 anos, se a elite brasileira não for cega e entender que tem de pagar impostos e investir. É preciso voltar a acreditar no Brasil, não como bazófia, mas como exercício de disciplina diária. O povo precisa voltar a ter confiança no governo.

— **Dá para ter?**

— Eu tenho dito que o poder no Brasil ficou triste. Ele não era triste com Juscelino, com Jânio, com Jango. Ficou triste depois, porque foi usurpado, não tinha legitimidade, foi exercido de forma imperial. Isso é um sinal de que a sociedade está doente.

— **Para o senhor, o poder é triste também no governo Itamar?**

— Ainda é triste, mas espero que seja cada vez menos. Se as coisas começarem a andar em ordem, o poder deixa de ser um exercício de angústia. Não acho que se deva cair na alegria boba, mas não é bom ficar numa situação depressiva. No governo anterior, essa tristeza que se apossou do Brasil foi substituída apenas pelo espetáculo. Hoje não tem mais espetáculo. O espetáculo acabou. Agora é a normalidade.

— **A política externa no governo Itamar levará o Brasil para o Primeiro Mundo, como queria Collor, ou haverá uma recaída terceiro-mundista?**

— O terceiro-mundismo acabou. Hoje não há ninguém que se organize em função da idéia terceiro-mundista. Todos aspiramos a ser Primeiro Mundo, mas, para isso, temos de começar internamente. Só se pode ser Primeiro Mundo lá fora se formos aqui dentro também. Então, temos de botar a casa em ordem, melhorar o nível educacional do povo, distribuir melhor a renda no país — aí naturalmente entraremos no Primeiro Mundo.

— **A política externa vai privilegiar as relações com o Primeiro Mundo?**

— Estamos vivendo uma etapa em que acabou a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. Mas, a nova hegemonia americana ainda não tem seus contornos definidos. Não se sabe até o momento como ela vai exercer — se dentro de um sistema múltiplo de alianças ou isoladamente, se dentro do Conselho de Segurança da ONU ou fora dele.

— **Como estão nossas relações com os Estados Unidos?**

— Tínhamos um antigo dossiê de contenciosos com os Estados Unidos, que foi se resolvendo ao longo do tempo. Havia a questão dos direitos humanos, que afetou nossas relações durante o período da ditadura, especialmente na administração Carter. Havia a questão do meio ambiente, onde demos a volta por cima na Rio-92. Agora, nós é que cobramos um compromisso americano com o tratado de biodiversidade com o tratado de biodiversidade e com a Agenda 21. Havia ainda o problema da proliferação nuclear, que também foi superado. Então não existem mais grandes problemas políticos.

— **Os contenciosos agora são basicamente econômicos?**

— Exatamente. Todos os países que crescem enfrentam isso. Ao crescer, entra em choque, disputa mercados. Deve-se encarar isso com naturalidade e maturidade. Nossa política externa deve preocupar-se em não contaminar o conjunto

de relações com os Estados Unidos por causa de choques em um determinado plano. Não vamos transformar isso numa bandeira de luta política. Por exemplo, os Estados Unidos estão sobretaxando nossas exportações de aço. Vamos defender firmemente nossos interesses nesse ponto, e, se for necessário, recorrer a outras instâncias internacionais. Mas sem espírito de beligerância.

— **Como está o Mercosul?**

— Há uma vontade política dos quatro países de caminhar na direção de um mercado único. Mas também há problemas. O Brasil promoveu, no governo anterior, uma baixa tarifária muito grande, que aliás foi pouco reconhecida no mundo. E não pedimos nada em troca, o que talvez tenha sido um erro. Nossas barreiras tarifárias estão, portanto, decrescendo. Mesmo assim, há um caminho complicado pela frente.

— **O senhor acredita no potencial do Mercosul?**

— Muito. Em dois ou três anos, o comércio entre os quatro países passou a US\$3 bilhões para US\$6,5 bilhões, mais que dobrou. E está crescendo rapidamente agora. Então, o Mercosul é uma coisa importante.

— **Não deveríamos prestar mais atenção ao Nafta (North American Free Trade Agreement, reunindo EUA, Canadá e México, assinado em 92)?**

— Estamos prestando atenção ao que está ocorrendo no Hemisfério Norte. O Nafta é uma realidade ou, pelo menos, uma tendência. Por isso, com os demais países do Mercosul, montamos uma reunião chamada de “quatro mais um” — os quatro países mais os EUA. Vamos querer saber melhor o que é o Nafta, que abertura ele terá ou que consequências trará para nossa economia. Não vamos fazer a política da avestruz e ignorar o Nafta, mas temos de ter claro que os americanos, canadenses e mexicanos não estão querendo abri-lo. Aliás, os chilenos querem entrar e não conseguem. É bom lembrar que temos um comércio exterior muito diversificado. O principal cliente do Brasil hoje, como grupo, é a Comunidade Européia. Trinta por cento de nossas exportações vão para lá. Um pouco mais de 20% vão para os EUA, cerca de 20% para a Ásia e mais 20% para a América Latina. Portanto, temos relações comerciais muito diversificadas. O Brasil é o único país da América Latina cuja pauta de exportação é composta de mais de 60% de produtos industrializados.

— **O Brasil não corre o risco de perder para outros países, como México e Argentina, a condição de interlocutor privilegiado dos EUA?**

— Não acredito que os EUA desconsiderem um país do porte do Brasil. Somos 60% do PIB da América Latina. Por nossa população, produto, industrialização, comércio externo, não podemos ser desconsiderados por um país que tem noção do mundo, como os EUA. Não temos aflição com essas coisas. Nossa relação com os EUA não pode se basear numa corrida contra tal ou qual país. Tem de se apoiar nos interesses do Brasil.

— **Na ação política, como o Brasil pretende influir no mundo?**

— Hoje estamos no Conselho de Segurança da ONU, pela sétima vez. Queremos ter um papel na modificação da Carta da ONU, em 1995. Por isso o presidente Itamar foi a Dacar, na reunião do Grupo dos 15. Não foi por terceiro-mundismo, foi por realismo, porque o Grupo dos 15 arrasta

um conjunto de países importantes. O Brasil tem tido facilidade para ser eleito para órgãos da ONU por causa dessa política realista, não fica dizendo que pertence ao mundo x ou ao mundo y. Nós estamos no mundo real, que é composto por países muito distintos.

— **O que o Brasil vai defender no Conselho de Segurança?**

— Como disse antes, ainda não está claro se a relação das grandes potências vai ser negociada no Conselho. Se for, ele é o fórum central do mundo. Hoje, a ONU está assumindo papel crescente de força de paz.

— **Força de paz ou de polícia?**

— Isso tem de ser examinado pelo Conselho de Segurança. É preciso resolver se a ONU vai ser força de paz ou de intervenção. Até agora, elas são convocadas em ameaças à paz mundial. No caso do Iraque, a base era essa. Mas há tendências ainda não expressas claramente, de que se passe a outro tipo de intervenção. E isso tem de ser muito bem discutido. Nós queremos jogar um papel nessa questão.

— **Se o Conselho não for o fórum para a hegemonia dos EUA, como será?**

— Se não for o Conselho ou a assembléia da ONU, a situação vai se complicar muito no mundo. Qual seria a solução? A força? Temos de cobrar dos grandes países que tenham, no nível internacional, o mesmo compromisso com a democratização que têm no plano interno. Ou seja, o princípio deve ser o da representatividade da negociação, do respeito às decisões. Não pode ser o princípio da força.

— **Como está a imagem do Brasil hoje no mundo?**

— Houve um momento em que era muito ruim, agora, é variável. O *impeachment* jogou um papel positivo, nossa presença econômica é positiva, a inflação é negativa, a violência contra os meninos de rua é negativa. O *impeachment* ajudou muito. Agora em Madri, na cúpula ibero-americana, pude sentir a confiança nas instituições do Brasil. Foi importante que as manifestações de rua não tenham sido violentas.

— **Qual sua expectativa em relação à administração Clinton?**

— Ela está colocando de novo em discussão temas que nos interessam. Creio que Clinton vai reivindicar a volta aos temas da economia real, não só da economia monetária. Ou seja, produção e emprego.

— **A onda neoliberal que dominou o mundo estaria cedendo?**

— Conversei na Espanha com Alfonso Guerra, chefe do PSOE e ex-vice-primeiro-ministro do Felipe González. Ele acha que estamos assistindo a uma correção no movimento do pêndulo. O Estado vai ter um pouco mais de peso. Não que vá se voltar ao Estado-produtor, porque hoje as forças produtivas privadas são suficientemente fortes. Mas, quem cuida da pobreza? É o mercado? Em países que têm muita pobreza, como o Brasil, sem ação pública coordenada não se resolve o problema da pobreza.

— **Como o governo Itamar quer combater a miséria no Brasil?**

— Ao mesmo tempo em que pratica uma política de austeridade nos gastos, o governo definiu alvos concretos de investimento: agricultura, habitação e recuperação de estradas. Isso

vai ter efeitos no combate à pobreza. O problema é estar de olho para evitar a inflação. Daí a importância da reforma fiscal. O Brasil cansou de milagres. Também não há populismo nisso. Populismo é usar dinheiro público para obter apoio. Não é o caso. Mas não vamos ser ingênuos: não há solução razoável para a questão social sem a retomada sustentada do crescimento econômico, não inflacionária. E o ponto de partida é reorganizar o Estado, Itamar, com seu estilo de não fazer coisas pomposas, está ajudando. Temos de fazer as coisas mais simples.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há dias, a **Tribuna da Imprensa**, superiormente dirigida por Hélio Fernandes, completou 40 anos de existência.

Não sei de antes, mas desde quando Hélio Fernandes assumiu o comando desse jornal com aquele destemor que lhe é característico e a invejável cultura que lhe é peculiar, a **Tribuna da Imprensa**, embora seja um jornal de pequeno capital, porque não tão rico quanto os chamados grandes órgãos da imprensa nacional, tem tido uma linha, uma direção de independência e de coragem verdadeiramente invejáveis e que servem de motivo para orgulho da imprensa nacional, a imprensa chamada independente, que não aceita influências que estejam paralelamente situadas com a verdade.

Hélio Fernandes escreve usando a pena como um samurai usaria a espada, como um mosqueteiro usaria o florete, como um grande pintor estaria exercitando a sua arte com o seu pincel. Hélio Fernandes é um homem realmente especial, uma personalidade, ao mesmo tempo, de bravura e de candura. Conheço-o há muito e sempre o soube valente e destemido, mas também sempre o vi se comovendo ante os apelos que lhe sejam formulados dentro da justiça, ante os pedidos dos fracos, daqueles oprimidos, que necessitam de um cavaleiro andante para a sua defesa, profligando sem temor, às vezes, Gargântuas e Golias do poder econômico, social e político. Ali está, com a sua funda, sempre pronto para desferir a pedra no lugar certo e ver tombar os jequitibás, com o estrondo com que as árvores centenárias caem no meio da selva, ribombando e ecoando a longas distâncias.

A **Tribuna da Imprensa**, hoje em dia — e a cada dia vem-se tornando um órgão mais popular e mais difundido no Rio de Janeiro e no Brasil todo — é um jornal modelar. Ao seu lado estão companheiros de luta, entre os quais o meu amigo e conterrâneo Limongi Neto, ajudando Hélio Fernandes a construir um edifício inesquecível no urbanismo jornalístico do Brasil. Hélio Fernandes acomete, de quando em vez, à televisão, e a sua palavra, os seus ensinamentos, os seus conceitos, as suas conclusões e as suas observações são nítidos de um homem que tem no sangue o mesmo sangue da inteligência fantástica de Millôr Fernandes, seu irmão, que é uma glória e uma honra do pensamento literário e também do jornalismo e do humorismo brasileiros.

Portanto, nesse ensejo, Sr. Presidente e eminentes Srs. Senadores, devemos nos regozijar com o evento, o aniversário da **Tribuna da Imprensa**, e manifestarmos aqui, desta Representação dos Estados brasileiros, a nossa muita alegria por esse acontecimento e os sinceros votos, o desejo veemente de que muitos e muitos anos estejam pela frente, com êxito para esse jornal no qual, felizmente, podemos confiar e ter

a certeza de que o que ali está escrito é a expressão de um magistério exercido na imprensa com aquela probidade e honradez, com aquela dignidade e coragem que deve ser a peculiaridade dos grandes jornalistas pátrios.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A Presidência se associa às homenagens que V. Ex^a presta à **Tribuna da Imprensa**, ao enaltecer o brilhante e bravo jornalista Hélio Fernandes, por entender que são meritórias, e o povo brasileiro deve reconhecer aquele órgão de imprensa pela importância que tem para as classes menos favorecidas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna, hoje, quase para repetir um pronunciamento que fiz, há um certo tempo, a respeito dos consórcios no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é abusiva a ação que se faz contra o consorciado neste País. Refiro-me aos consórcios, principalmente de automóveis, onde o cidadão, a cada mês, é duramente assaltado.

Vou ler aqui dados de dois extratos de um consórcio de automóveis ligado à Organização Consórcio Nacional administrada pela GM, onde se coloca: contribuição de fundo comum, fundo de reserva, taxa de administração, e por aí vai. Todos os meses aparece mais uma cifra sem explicação.

Para se ter uma idéia, tenho aqui um extrato, cuja prestação foi paga no dia 21 de dezembro, onde se tem: contribuição de fundo comum: Cr\$279.000,00; fundo de reserva: Cr\$13.000,00; prestação do mês: Cr\$3.608.000,00. Somando-se tudo, tem-se um total de Cr\$4.432.437,32. No mês seguinte, a prestação do mês — contribuição é de Cr\$4.488.789,35; só a diferença de uma prestação é de mais de Cr\$1.000.000,00. Ainda se tem a taxa de administração no valor de Cr\$324.763,42 e o fundo de reserva no valor de Cr\$180.424,00, totalizando Cr\$5.117.219,86.

Ora, Sr. Presidente, aumenta-se a prestação mensal dos consórcios sem nenhuma explicação, e as justificativas são as mais estapafúrdias; não há um embasamento legal para isso, e, quando o cidadão vai reclamar desses consórcios, não há quem possa atendê-lo, não há responsável por isso.

Estou chamando a atenção do Ministério da Justiça e do Banco Central mais uma vez, para que se apurem essas irregularidades gritantes que estão assaltando o bolso do consorciado. É preciso que se tome providências, não podemos continuar desta maneira. Os consórcios, no Brasil, são uma brincadeira.

Não há — quero, aqui, repetir, Sr. Presidente, Srs. Senadores — nenhum embasamento, e as explicações são as mais estapafúrdias.

Ou se tomam providências a respeito desse abuso, ou, como estamos vendo acontecer, crescerá, cada vez mais, a inadimplência daqueles que, ludibriados pela propaganda dos consórcios no Brasil, se dirigem, com as suas reservas, para comprar um automóvel, ou coisa que o valha. No primeiro mês, a prestação tem um valor; no segundo mês, vem um aumento inexplicado, e quando se termina de pagar esses consórcios, ninguém sabe a quantas anda o tal "Fundo de Reserva", como está sendo administrado etc. Porém, para se obter alguma explicação, é preciso recorrer ao Judiciário. É preciso que as coisas com relação aos consórcios sejam

transparentes. Aumenta a cada dia o número de desistentes dos consórcios, porque o que tem havido é o mais absoluto desrespeito ao consumidor.

O Sr. Bello Parga — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Bello Parga — Serei breve. De todos esses abusos que V. Ex^a acaba de verberar, há um mais grave, Senador Ronaldo Aragão: é aquele do consorciado que paga suas prestações, escorchantes, muitas vezes, como V. Ex^a acabou de demonstrar, e, no fim, eles não entregam o objeto financiado, seja carro, camioneta ou eletrodoméstico. A imprensa do Brasil está cansada de denunciar essas irregularidades, e, no entanto, esses consórcios continuam assaltando, como bem disse V. Ex^a, a bolsa do consumidor brasileiro. Associando-me ao seu protesto, estranho que providências mais severas da parte do Ministério da Justiça, do Banco Central ou do Ministério da Fazenda não sejam implementadas para coibir esse abuso.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex^a, Senador Bello Parga, porque esta é a segunda vez que venho à tribuna do Senado denunciar esse tipo de abuso que se vem cometendo há longo tempo pelos consórcios no Brasil, e ninguém dá nenhuma explicação — nem Ministério da Justiça nem Banco Central nem Ministério da Fazenda, nenhum órgão, nenhuma autoridade. O único prejudicado, porque não há nenhuma satisfação nem do consórcio nem desses órgãos responsáveis pela política de consórcios, é o consorciado que, a cada mês, vê na sua prestação incluída determinadas despesas, contribuições, fundo não sei das quantas etc. Tenho, aqui, um demonstrativo. Vejam só que absurdos são cometidos. O cidadão, ao ingressar no plano, no início do ano, o preço do carro é “x” e a prestação, “y”. No fim do ano, a prestação estará sendo paga como se fosse o preço de um carro 0 km, o que é mais um abuso.

Aqui, temos um demonstrativo, onde se lê: “Saldo anterior”, cuja quantia ninguém sabe, “Arrecadação do mês”, “Fundo de Reserva”, outros valores pagos no mês, um valor de Cr\$3.000.826.272,77. Ninguém entende isso, é uma verdadeira “caixa preta”. E todo mês aparece mais uma contribuição do fundo, uma taxa de administração, e por aí vai. Qual a consequência? O consorciado, que já vem pagando há mais de um ano, vai ter de desistir do plano, porque não consegue pagá-lo, pois o seu reajuste salarial não é mensal, e o consórcio, de quinze em quinze dias, faz a atualização das prestações, devido ao aumento do automóvel e de outros itens. No fim, é prejudicado aquele que acreditou que poderia adquirir um bem de consumo através de consórcio, já que seus recursos não lhe permitem adquirir um carro pagando à vista. É pura ilusão. O abuso continua e não se toma nenhuma providência.

Quero aqui, mais uma vez, repito, chamar a atenção das autoridades responsáveis, para que tomem providências, que tragam explicações e que façam alguma coisa, a fim de dar cabo aos abusos que se cometem nessa área.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez, a minha reclamação, mais uma vez chamando a atenção para esse escândalo que são os consórcios brasileiros.

Sabemos que foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar essas irregularidades, mas é uma CPI que nunca andou, que nada apurou até agora, porque os interesses envolvidos são muito fortes.

Em outra oportunidade, voltarei a esta tribuna para falar a respeito de mais um abuso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que são as mensalidades escolares no Brasil. É mais um descalço para com o cidadão, que, além de não contar com vagas para seu filho na escola pública, vê os donos das escolas particulares aumentarem os preços das mensalidades ao seu bel-prazer.

Quero, daqui, chamar a atenção do Ministério da Educação para essa questão.

O Sr. Beni Veras — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço o nobre Senador Beni Veras.

O Sr. Beni Veras — V. Ex^a referiu-se à Comissão de Inquérito referente aos Consórcios, da qual sou presidente. A Comissão tentou reunir-se muitas vezes, aqui, no decorrer dos últimos meses do ano passado. Infelizmente, não encontrei receptividade dos companheiros, que não foram às reuniões, e não tive a oportunidade, portanto, de fazer a instalação da Comissão e fazê-la funcionar. Realmente, houve um descompasso, pois os companheiros estavam com seu tempo tomado com outras comissões e não tiveram oportunidade de participar da instalação da Comissão que vai investigar a atuação dos consórcios em todo o País. Entendo que o tema poderá ser retomado agora, quando há mais espaço aqui no Congresso para tratar do tema, uma vez que o assunto realmente merece ser examinado em profundidade. Agora, eu queria esclarecer a V. Ex^a que a Comissão não se reuniu assiduamente porque não houve disponibilidade de espaço e faltou tempo aos companheiros do Congresso para dela participarem. Da nossa parte, o intuito é deixar as coisas em pratos limpos. Não tenho nenhum compromisso com nenhum consórcio, não participo de nenhuma organização desse tipo. Então, o nosso intuito é esclarecer a questão. Havendo oportunidade, nós faremos isso.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço ao eminente Colega, Senador Beni Veras. Eu nem sabia que V. Ex^a era o presidente da Comissão que vai investigar os consórcios. Não vai aqui nenhuma restrição à atuação de V. Ex^a, logo um Parlamentar considerado da maior probidade nesta Casa. Sei do interesse que tem V. Ex^a em colocar tudo a limpo quanto a esse problema.

Vou empenhar-me para que se reúna essa comissão que tratará da questão dos consórcios no Brasil, a fim de que tudo seja posto às claras.

Recebi, Sr. Presidente, correspondência relativa ao problema das escolas particulares, nos seguintes termos: “Senador, o mesmo que V. Ex^a denuncia agora aconteceu nos planos da assistência médica privada, com efeito parecido. As empresas arrecadam muito, o contribuinte chega ao ponto de não poder pagar mais e perde o direito à assistência médica.”

É outro absurdo! É preciso que as autoridades competentes tomem as providências cabíveis e necessárias coibindo tais abusos no País. Não é possível que essa situação continue.

Com relação às escolas privadas, os donos das mesmas cobram mensalidades absurdas e pagam mal aos professores. Para se ter uma idéia, hoje determinadas escolas privadas do Distrito Federal estão cobrando, por aluno, uma mensalidade de dois milhões de cruzeiros. Não creio que um professor desses estabelecimentos ganhe mais de seis milhões de cruzeiros mensais.

Falarei a respeito dessa questão, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em outra oportunidade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Albano Franco — Alfredo Campos — Aureo Mello — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — Esperidião Amin — Francisco Rollemberg — Gilberto Miranda — Henrique Almeida — Hydekell Freitas — Iram Saraiva — João Calmon — João França — Jonas Pinheiro — José Fogaça — Júnia Marise — Magno Barcelar — Marco Maciel — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Baccar) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, participamos de um almoço com o Sr. Ministro da Fazenda, Paulo Haddad. Nossa intenção era conversar com S. Ex^a a respeito do andamento da comissão que estuda os desequilíbrios inter-regionais brasileiros. Nesse contato, levamos ao Sr. Ministro nosso propósito a respeito do relatório que estamos elaborando, com sugestões que objetivam reduzir os desequilíbrios inter-regionais brasileiros.

As propostas levadas ao Sr. Ministro como prévia do relatório que será apresentado são as seguintes, que passarei a enumerar.

Em primeiro lugar, realçamos a necessidade de que fosse dado um tratamento especial ao problema da educação na Região Nordeste principalmente, porque essa região conta hoje com 38,7% da sua população analfabeta, acumulando 52% dos analfabetos do País. Ora, se a região tem 52% dos analfabetos do País, é necessário que o problema da educação de 1º grau, lá, seja tratado de maneira especial. Não serão programas nacionais comuns que resolverão o problema do analfabetismo da maioria de sua população. É necessário que consigamos, junto ao Ministério da Educação, a elaboração de planos específicos, em virtude do tremendo atraso em que se encontra no que diz respeito à educação de base.

Também sugerimos, no capítulo que diz respeito à educação, que fosse feito um reforço na educação profissionalizante, de tal maneira que o 2º Grau incorporasse a formação profissional de um número maior da população, que seria preparada para o trabalho, em benefício do seu desenvolvimento.

Também conversamos com o Sr. Ministro sobre o nosso propósito de discutir os incentivos que são dados à região: FINOR, Fundo Constitucional e outros mais. Entendemos que esses incentivos perderam a sua capacidade de galvanizar a formação de empresas e a dinamização da economia regional. Ao longo do tempo, sofreram muitos danos, muitas alterações e hoje já não são mais capazes de alavancar o desenvolvimento econômico da região.

Sugerimos, no caso, que seja criada uma corporação financeira de investimentos na região, e que será responsável pela criação de novas empresas que possam dinamizar determinados setores da economia. Essa corporação seria uma subsidiária do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco da Amazônia, no caso do Norte, e se encarregaria da criação de pólos de desenvolvimento na região. O Porto de Suape, por exemplo, em Pernambuco, que se encontra estagnado há bastante tempo por falta de recursos, teria, na corporação financeira, condições de adquiri-los, para concluir aquele projeto que é importante para o seu desenvolvimento.

Da mesma maneira, a realização dos pólos de investimento do Ceará, do Piauí e do Maranhão, do Rio Grande do Norte e da Paraíba precisam de investimentos mais volumosos, que não se encontram hoje disponíveis e que deveriam ser levados através da Corporação Financeira de Investimentos.

Também conversamos com o Sr. Ministro sobre as aplicações orçamentárias na região, feitas numa proporção inferior à população, ou seja, o Governo investe no Nordeste valores muito menores do que a região necessita; 28,8% da população nacional se concentra lá, mas a região só recebe 12% dos investimentos federais. Isso é verdade em relação aos investimentos orçamentários, aos investimentos do BNDES, do Banco do Brasil e das estatais. Esses, sim, são bem inferiores ao que a região deveria receber. Por serem inferiores, a região não tem condições de financiar o seu desenvolvimento, e os fundos criados com esse objetivo funcionam substituindo recursos que outras regiões recebem através dos bancos nacionais das estatais. Não é um recurso que vai, adicionalmente, reforçar a economia regional, mas, sim, substituir recursos que hoje são aportados através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e do Banco do Brasil.

Frisamos ao Sr. Ministro a necessidade de que os órgãos de caráter regional responsáveis pelo combate à seca no semi-árido, como o DNOCS, sejam alvo de uma alteração substancial que os torne mais capazes de abordar o problema em toda a sua extensão. Hoje, são órgãos antigos, que não foram atualizados com o correr do tempo e que se acham incapazes de acompanhar a demanda regional para um combate adequado ao problema das secas. Nós vimos aqui reclamando da seca a vida toda. Ainda este ano, o Nordeste está a braços com uma seca séria, que parece que permanece no ano de 1993. Os recursos hídricos se acham completamente esgotados e estamos a braços com uma quase tragédia. Isso seria evitável se o DNOCS tivesse condições de planejar, pelo menos num período de dez anos, a execução de recursos hídricos que cobrisse os vazios hoje existentes, que seriam, dessa maneira, postos a serviço da população, que tanto sofre o problema das secas. É uma questão de planejamento governamental e não há razão para não fazê-lo.

Também sugerimos que o Conselho da SUDENE incorpore o planejamento do DNOCS e possa consagrar também o planejamento desse órgão, a fim de que ele possa estar em sintonia com o planejamento da SUDENE. Propusemos ao Sr. Ministro também sejam estudadas as formas de integração das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Entendemos que as três regiões unidas através dos meios de transportes poderiam se potencializar e vencer as enormes desigualdades inter-regionais existentes hoje.

Por fim, propusemos ao Sr. Ministro que, no programa de luta contra a pobreza que o Governo está estruturando, seja levado em consideração que a maioria dos pobres do País está concentrada no Nordeste. Esse programa deve levar em conta a necessidade de aquela região receber uma atenção especial no tocante a essa problemática específica, uma vez que concentra a pobreza em larguíssima escala. Em números comparativos, observamos que a maior parte dos pobres do País se encontra concentrada no Nordeste — 38,7% da população vive em estado de pobreza absoluta. Daí, deduzimos que o problema não pode ser visto de maneira generalizada, comparando a Região Nordeste com as demais regiões. Teria que ser discriminatório, devendo olhar mais para a região que mais precisa do combate à pobreza.

O Sr. Ministro ouviu os nossos argumentos e nos assegurou que examinará com cuidado o relatório da Comissão de Assuntos Inter-Regionais, que será emitido brevemente, e procurará, no âmbito do Governo, criar condições para que as sugestões sejam transformadas em medidas concretas de apoio às regiões subdesenvolvidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A Presidência, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispensa o período correspondente à Ordem do Dia da sessão de hoje.

Voltamos à lista de oradores.

Não há oradores inscritos.

Está franqueada a palavra. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 51 minutos)

MESA

Presidente

Mauro Benevides – PMDB – CE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

Carlos De'Carli – PTB – AM

1º Secretário

Dirceu Carneiro – PSDB – SC

2º Secretário

Márcio Lacerda – PMDB – MT

3º Secretário

Rachid Saldanha Derzi – PRN – MS

4º Secretário

Iram Saraiva – PDT – GO

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN

Meira Filho – PFL – DF

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Humberto Lucena

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Coutinho Jorge

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Chagas Rodrigues

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PTB

Líder

José Eduardo

Vice-Líderes

Lourenberg Nunes Rocha

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

Vice-Líder

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

Vice-Líder

Lucídio Portella

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Amazonino Mendes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Wilson Martins
Antonio Mariz		Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho		César Dias
José Fogaça		Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro		Nabor Júnior
Pedro Simon		Ronaldo Aragão
Alfredo Campos		João Calmon
	PFL	
Josaphat Marinho		Henrique Almeida
Francisco Rollemberg		Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio		Júlio Campos
Odacir Soares		Lourival Baptista
Elcio Álvares		Meira Filho
	PSDB	
Eva Blay		Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães		Teotônio Vilela Filho
Beni Veras		Almir Gabriel
	PTB	
Luiz Alberto		Vaga cedida p/ o PST (*)
Valmir Campelo		Lourenberg Nunes Rocha
	PDT	
Magno Bacelar		Pedro Teixeira
	PRN	
Júnia Marise		Áureo Mello
	PDC	
Amazonino Mendes		Moisés Abrão
	PDS	
Esperidião Amin		Jarbas Passarinho
	PSB + PT	
José Paulo Bisol		Eduardo Suplicy
	PST	
		Enéas Faria (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

- Anexo das Comissões - Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Alfredo Campos
Antonio Mariz		Flaviano Melo
César Dias		Irapuan Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho		José Fogaça
Divaldo Suruagy		Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho		Nabor Júnior
Wilson Martins		Nelson Carneiro
João Calmon		Ronan Tito

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PTB

Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST(*)
Jonas Pinheiro

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

PDC

Epitácio Cafeteira

PDS

Lucídio Portella

PSB + PT

Eduardo Suplicy

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito - Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares		Suplentes
	PMDB	
(Vaga cedida para o PT)		Amir Lando
Aluizio Bezerra		Antonio Mariz
César Dias		Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nabor Júnior		Wilson Martins
José Fogaça		João Calmon
Ronan Tito		Onofre Quinan
Ruy Bacelar		Pedro Simon
Ronaldo Aragão		Humberto Lucena
	PFL	
Guilherme Palmeira		Odacir Soares
Meira Filho		Bello Parga
Raimundo Lira		Júlio Campos
Henrique Almeida		Álvaro Pacheco
Dario Pereira		Elcio Álvares
João Rocha		Josaphat Marinho

Mário Covas	PSDB	Fernando H. Cardoso (*)	Jarbas Passarinho	PDS	Lucídio Portella
José Richa		Almir Gabriel		PSB + PT	
Beni Veras		Chagas Rodrigues	Vaga cedida para o PMDB (*)		Vago
Afonso Camargo	PTB	Lourenberg Nunes Rocha	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos		
Valmir Campelo		Jonas Pinheiro	Ramais: 3496 e 3497		
Levy Dias		Mariuce Pinto	Reuniões: Quintas-feiras, Às 10 horas		
Nelson Wedekin	PDT	Darcy Ribeiro	Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa -		
Lavoisier Maia		Pedro Teixeira	Anexo das Comissões - Ramal 3546		
Júnia Marise	PRN	Vago	(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas		
Albano Franco		Ney Maranhão	alterações		
Moisés Abrão	PDC	Gerson Camata	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE		
Esperidião Amin	PDS	Jarbas Passarinho	INFRA-ESTRUTURA - CI		
Eduardo Suplicy	PT		(23 Titulares e 23 Suplentes)		
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho			Presidente: Júlio Campos		
Ramais: 3515/3516/4354/3341.			Vice-Presidente: Mário Covas		
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas			Titulares	Suplentes	
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa -				PMDB	
Ramal 4344			Flaviano Melo	Amir Lando	
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas			Wilson Martins	César Dias	
alterações			Irapuan Costa Júnior	Juvêncio Dias	
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES			Nabor Júnior	Mansueto de Lavor	
E DEFESA NACIONAL - CRE			Onofre Quinan	Ronaldo Aragão	
(19 Titulares e 19 Suplentes)			Divaldo Suruagy	Ronan Tito	
Presidente: Irapuan Costa Júnior			Ruy Bacelar	Antonio Mariz	
Vice-Presidente: Lourival Baptista			Garibaldi Alves Filho	Humberto Lucena	
Titulares				PFL	
Suplentes			Dario Pereira	Raimundo Lira	
PMDB			Henrique Almeida	Elcio Álvares	
Antonio Mariz			Lourival Baptista	Josaphat Marinho	
Flaviano Melo			Júlio Campos	Odaírc Soares	
Irapuan Costa Júnior			Hydekel Freitas	Meira Filho	
Nelson Carneiro				PSDB	
Pedro Simon			Teotônio Vilela Filho	Beni Veras	
Ronaldo Aragão			Mário Covas	Jutahy Magalhães	
Ronan Tito			Fernando H. Cardoso (*)	José Richa	
Humberto Lucena (*)				PTB	
Marco Maciel			Mariuce Pinto	Levy Dias	
Guilherme Palmeira			Lourenberg N. Rocha	Vaga cedida p/ o PST (*)	
Lourival Baptista				PDT	
Alvaro Pacheco			Pedro Teixeira	Lavoisier Maia	
José Richa			Ney Maranhão	Áureo Mello	
Chagas Rodrigues			Gerson Camata	PDC	
Jonas Pinheiro				PDS	
Mariuce Pinto			João França	Lucídio Portella	
Pedro Teixeira				PSB + PT	
Albano Franco			Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol	
Moisés Abrão				PST	
					Enéas Faria (*)
			Secretário: Celso Antony Parente - Ramais 3515		
			e 3516		
			Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas		
			Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa -		
			Anexo das Comissões - Ramal 3286		
			(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas		
			alterações		

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Louremberg Nunes Rocha
Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares

Suplentes

PMDB

Alfredo Campos
Juvêncio Dias
Flaviano Melo
Garibaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Humberto Lucena
Amir Lando

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Vago

PFL

Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Álvaro Pacheco
Júlio Campos
Bello Parga

Dario Pereira
Odacir Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocínio
Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

Mário Covas
Beni Veras
José Richa

PTB

Louremberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy Dias

Luiz Alberto
Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia

Pedro Teixeira
Nelson Wedekin

PRN

Áureo Mello
Júnia Marise

Ney Maranhão
Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria(*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente -
Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações